

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

- 1.1 A Prefeitura Municipal de Coromandel reconhece a urgência e a importância de promover melhorias significativas na infraestrutura do prédio que abriga a Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre. Ao longo de anos de uso contínuo, a edificação tem enfrentado um considerável desgaste, resultando em diversas áreas que demandam reforma e adequação para garantir um ambiente seguro, funcional e acessível para os alunos, funcionários e demais usuários.
- 1.2 As necessidades identificadas estão descritas a seguir:
 - 1.2.1 Reforma do Telhado: O telhado apresenta sinais de desgaste e infiltrações, necessitando de reparos para evitar danos estruturais e vazamentos que possam comprometer as atividades escolares.
 - 1.2.2 Reforma dos Banheiros dos Alunos: Os banheiros dos alunos estão em condições precárias, requerendo reformas para proporcionar um ambiente higiênico, seguro e confortável.
 - 1.2.3 Instalação de Banheiro Acessível: É imprescindível a instalação de um banheiro acessível, em conformidade com as normas de acessibilidade, visando garantir a inclusão de alunos com mobilidade reduzida.
 - 1.2.4 Reforma da Cozinha: A cozinha da escola necessita de adequações para atender aos padrões de higiene e segurança alimentar, garantindo a qualidade das refeições servidas aos alunos.
 - 1.2.5 Reforma da Área Administrativa: A área administrativa precisa de reformas para proporcionar um ambiente de trabalho adequado aos funcionários, incluindo a melhoria das condições de infraestrutura, com a construção de banheiros.
 - 1.2.6 Instalação de Plataforma Elevatória de Acessibilidade: Para garantir a acessibilidade de alunos e funcionários com mobilidade reduzida, é necessário instalar uma plataforma elevatória que permita o acesso ao pavimento superior do prédio.
 - 1.2.7 Pintura de Todo o Prédio: A pintura completa do prédio é essencial para melhorar sua aparência estética, proteger contra danos causados pelo clima e prolongar a vida útil da estrutura.
- 1.3 A reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes são fundamentais para proporcionar um ambiente educacional seguro, inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos alunos. A Prefeitura Municipal de Coromandel está empenhada em garantir que essas melhorias sejam realizadas com eficiência e comprometimento, visando o bem-estar e o sucesso educacional da comunidade escolar.

2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRAÇÃO NO PLANO DE CONTRAÇÕES ANUAL – PCA

- 2.1 A contratação pretendida está contemplada no Plano de Contratações Anual do presente ano sob o registro de nº 21/2023 – 004202300006, estando prevista para o dia 31/05/2024.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1 Conforme as necessidades apresentadas neste Estudo Preliminar Técnico, a seleção da empresa será baseada em critérios como experiência comprovada em serviços de engenharia e capacidade técnica em adequação ao escopo proposto.
- 3.2 Trata-se de serviço não continuado.
- 3.3 A execução dos serviços deverá ser realidade em conformidade com as normas técnicas e legislação vigente, com as recomendações técnicas e com as especificações e condições descritas neste termo.
- 3.4 A contratada deverá arcar com todos os custos e logística relacionadas ao serviço.
- 3.5 Os serviços deverão ser executados diretamente pela empresa vencedora, com a utilização de todo o material de consumo necessário à execução, sem quaisquer despesas adicionais para a Prefeitura Municipal de Coromandel, não podendo ser cedidos ou subcontratados.
- 3.6 A duração inicial do contrato é de 12 (doze) meses.
- 3.7 Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 3.8 A contratante deverá observar os seguintes critérios:
- 3.9 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 3.10 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 3.11 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 3.12 Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, conforme cronograma físico-financeiro;
- 3.13 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;
- 3.14 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
 - 3.14.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
 - 3.14.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS;
 - 3.14.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 3.14.4 considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 3.15 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 3.16 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

- 3.17 Exigir da CONTRATADA que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:
- 3.17.1 "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
 - 3.17.2 certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;
- 3.18 Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 3.19 A contratada deverá cumprir as seguintes obrigações:
- 3.20 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no instrumento convocatório, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.
- 3.21 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 3.22 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 3.23 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 3.24 Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 3.25 Responder pelos danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Coromandel/MG; ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Prefeitura Municipal de Coromandel/MG;
- 3.26 Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;
- 3.27 Efetuar a troca dos produtos considerados sem condições de uso, no prazo constante no Termo de Referência, contado do recebimento da comunicação expedida pelo Setor competente;
- 3.28 Comunicar ao Serviço competente da Prefeitura Municipal de Coromandel/MG, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;
- 3.29 Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e no ato da assinatura de contrato ou outro documento equivalente;
- 3.30 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste contrato.
- 3.31 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;



- 3.32 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual/Municipal da sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 3.33 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 3.34 A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa CONTRATADA, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 3.35 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 3.36 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 3.37 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 3.38 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 3.39 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 3.40 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 3.41 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 3.42 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 3.43 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 3.44 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

- 3.45 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 3.46 Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade:
- 3.46.1 O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 3.46.2 Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 3.47 Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 3.48 Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;
- 3.49 Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 3.50 Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 3.51 Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 3.52 Apresentar, quando solicitado pela Administração, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;
- 3.53 Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Projeto Básico;
- 3.54 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 3.55 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 3.56 Manter preposto aceito pela CONTRATANTE nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 3.57 Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;
- 3.58 Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 3.59 Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 3.60 Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

- 3.61 Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 3.62 Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Projeto Básico e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 3.63 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 3.64 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 3.64.1 Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 3.64.2 Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 3.64.3 Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.
- 3.65 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 3.66 Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 3.67 O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

- 3.68 Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 3.68.1 resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- 3.68.2 resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- 3.68.3 resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- 3.68.4 resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 3.68.5 Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- 3.69 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.
- 3.70 Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 3.71 Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- 3.72 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 3.73 Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- 3.74 Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou

dos bens da CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.

- 3.75 Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 3.76 Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 3.77 Em relação à execução da obra:
- 3.77.1 Apresentar a comprovação, conforme solicitado pela CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, em relação aos empregados da CONTRATADA que efetivamente participarem da execução do contrato;
- 3.77.2 Em caso de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, haverá retenção do pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada e não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA no prazo de quinze dias, aceitar que CONTRATANTE efetue o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato;
- 3.77.3 Inscrever a Obra no Cadastro Nacional de Obras – CNO da Receita Federal do Brasil em até 30 (trinta) dias contados do início das atividades, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 1845, de 22 de novembro de 2018.
- 3.77.4 Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pela CONTRATADA, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;
- 3.77.5 A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Projeto Básico e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

- 4.1 Conforme planilhas e projetos anexados, é possível verificar o quantitativo de cada serviço listado:
- | | |
|-----------------------------|--------------------------|
| 4.1.1 Serviços Preliminares | 4.1.3 Movimento de Terra |
| 4.1.2 Demolições e Remoções | 4.1.4 Fundação |

- | | |
|--------------------------------------|---|
| 4.1.5 Superestrutura | 4.1.13 Instalações Hidrossanitárias |
| 4.1.6 Alvenaria, Vergas e Divisórias | 4.1.14 Louças, Metais Sanitários e Acessórios |
| 4.1.7 Cobertura | 4.1.15 Instalações Elétricas |
| 4.1.8 Esquadrias | 4.1.16 Acessibilidade |
| 4.1.9 Revestimento | 4.1.17 Sinalização Visual |
| 4.1.10 Pavimentações | 4.1.18 Serviços Complementares |
| 4.1.11 Pintura | |
| 4.1.12 Vidros e Espelhos | |

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 5.2 Valor Global: R\$ 659.315,42 (seiscentos e cinquenta e nove mil e trezentos e quinze reais e quarenta e dois centavos)
- 5.3 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COM UM TODO

- 6.1 A solução consiste na contratação de uma empresa especializada em serviços de engenharia para executar os trabalhos de reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre, conforme as necessidades identificadas, visando atendê-las e proporcionar um ambiente educacional seguro, funcional e inclusivo.
- 6.2 Reforma do Telhado: Iniciaremos com a reforma do telhado, onde serão realizados reparos para corrigir sinais de desgaste e infiltrações. Uma inspeção detalhada será conduzida para identificar áreas danificadas, seguida por medidas corretivas para garantir a integridade estrutural e a impermeabilização adequada.
- 6.3 Reforma dos Banheiros dos Alunos: Os banheiros dos alunos serão totalmente reformados, incluindo a substituição de louças sanitárias, revestimentos e sistemas hidráulicos, garantindo um ambiente higiênico, seguro e confortável para os estudantes.
- 6.4 Instalação de Banheiro Acessível: Um banheiro acessível será instalado em conformidade com as normas de acessibilidade, equipado com barras de apoio, vasos sanitários adaptados e demais recursos necessários para garantir a inclusão de alunos com mobilidade reduzida.
- 6.5 Reforma da Cozinha: A cozinha da escola passará por uma reforma abrangente, com foco na adequação às normas de segurança alimentar e higiene. Serão realizadas melhorias na infraestrutura, instalação de novos equipamentos e revisão dos sistemas de exaustão e ventilação para garantir condições ideais de preparo e armazenamento de alimentos.
- 6.6 Reforma da Área Administrativa: A área administrativa será renovada para proporcionar um ambiente de trabalho confortável e funcional para os funcionários. Isso incluirá a atualização da infraestrutura elétrica, iluminação, adequações dos espaços dos ambientes e construção de banheiros, conforme necessário para atender às demandas operacionais da escola.

- 6.7 Instalação de Plataforma Elevatória de Acessibilidade: Uma plataforma elevatória será instalada para garantir a acessibilidade ao pavimento superior do prédio, permitindo que alunos e funcionários com mobilidade reduzida possam se deslocar livremente e participar plenamente das atividades escolares.
- 6.8 Pintura de todo o Prédio: Por fim, será realizada uma pintura completa do prédio, tanto interna quanto externamente, utilizando materiais de qualidade para proteger a estrutura contra danos causados pelo clima e proporcionar uma aparência renovada e atraente.

7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 7.1 O parcelamento da contratação é inviável tendo em vista que será necessária apenas a contratação de uma única empresa especializada em engenharia para a reforma e ampliação.

8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 8.1 A implementação da solução integrada para a reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre resultará em uma série de benefícios tangíveis e intangíveis para a comunidade escolar e a administração pública. Abaixo, destacamos os resultados esperados:
- 8.2 Ambiente Escolar Seguro e Funcional: Redução significativa dos riscos de acidentes e incidentes devido à infraestrutura danificada. Melhoria da segurança estrutural do prédio, proporcionando um ambiente escolar mais seguro para alunos, professores e funcionários.
- 8.3 Acessibilidade Universal: Inclusão efetiva de alunos e funcionários com mobilidade reduzida, garantindo acesso irrestrito a todas as áreas do prédio por meio da instalação da plataforma elevatória e do banheiro acessível.
- 8.4 Melhoria da Qualidade dos Espaços: Renovação dos banheiros dos alunos, da cozinha e da área administrativa, proporcionando espaços mais higiênicos, funcionais e agradáveis para utilização de todos.
- 8.5 Condições Adequadas para o Trabalho Administrativo: Melhoria das condições de trabalho para os funcionários administrativos, com ambientes revitalizados, melhor iluminação e infraestrutura adequada para desempenho das atividades administrativas.
- 8.6 Padrões de Higiene e Segurança Alimentar: Adequação da cozinha às normas de segurança alimentar, garantindo condições ideais para preparo e armazenamento de alimentos, e contribuindo para a promoção de uma alimentação saudável entre os alunos.
- 8.7 Estética e Imagem Institucional: Renovação estética do prédio por meio da pintura completa, promovendo uma imagem positiva da escola perante a comunidade e incentivando o orgulho dos alunos, professores e funcionários.
- 8.8 Sustentabilidade e Durabilidade: Utilização de materiais de qualidade e técnicas adequadas de construção e reforma, visando à sustentabilidade ambiental e à prolongada durabilidade das melhorias realizadas.
- 8.9 Bem-estar e Sucesso Educacional: Promoção do bem-estar físico e emocional dos alunos, criando um ambiente propício para o aprendizado, a participação ativa na vida escolar e o alcance de resultados acadêmicos satisfatórios.

- 8.10 Em resumo, os resultados pretendidos visam transformar o ambiente escolar da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre em um espaço seguro, acessível, funcional e acolhedor, contribuindo para a promoção da educação de qualidade e o desenvolvimento integral dos alunos.

9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1 As providências relacionadas à reforma e ampliação já foram tomadas por esta administração. A Gestão Municipal de Educação, Cultura e Turismo planejou todas as medidas cabíveis para realização do processo, como: a idealização do projeto e aprovação junto a Superintendência Regional de Ensino - SRE, planilhas, termos e memoriais indispensáveis para a contratação de empresa especializada em engenharia.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

- 10.1 Não há necessidade de contratações correlatas, vez que já foram realizadas por esta administração.

11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

- 11.1 A realização das obras de reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre pode acarretar uma série de impactos ambientais, os quais devem ser identificados e mitigados para garantir a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente. Abaixo, descrevemos alguns dos possíveis impactos e medidas para minimizá-los:
- 11.2 Geração de Resíduos de Construção Civil (RCC): Durante as obras, é esperada a geração de resíduos como entulhos, materiais de construção não utilizados e outros detritos. Para minimizar esse impacto, será implementado um plano de gerenciamento de resíduos, que inclui a separação, a reciclagem e o descarte adequado dos materiais, conforme as legislações ambientais vigentes.
- 11.3 Consumo de Recursos Naturais: A realização das obras envolverá o consumo de recursos naturais, como água, energia e materiais de construção. Para reduzir esse impacto, serão adotadas medidas para o uso eficiente de recursos, como a utilização de materiais sustentáveis e a adoção de práticas de construção sustentável.
- 11.4 Emissões Atmosféricas e Qualidade do Ar: A utilização de equipamentos e maquinários durante as obras pode resultar na emissão de poluentes atmosféricos, como poeira e gases de escape. Serão implementadas medidas de controle de emissões, como a cobertura de áreas de trabalho, a umectação de vias de acesso e o uso de equipamentos menos poluentes, para minimizar os impactos na qualidade do ar.
- 11.5 Ruídos e Perturbações Sonoras: As atividades de construção podem gerar ruídos excessivos, causando perturbações sonoras para os moradores e para a fauna local. Serão estabelecidos horários específicos para realização das obras, de acordo com as normas municipais, e serão adotadas medidas para reduzir o impacto sonoro, como o uso de equipamentos silenciosos e a instalação de barreiras acústicas.
- 11.6 Por meio da identificação precoce desses possíveis impactos e da implementação de medidas de mitigação adequadas, será possível realizar as obras de reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre de forma responsável e sustentável, minimizando os impactos negativos sobre o meio ambiente e contribuindo para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade local.

12. **DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE**

- 12.1 Após uma análise minuciosa de todos os aspectos envolvidos na obra de reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre, a sua realização é viável do ponto de vista técnico, econômico, ambiental e social.
- 12.2 Considerando as análises realizadas, incluindo estudos de viabilidade técnica, orçamentária e ambiental, e levando em conta a necessidade urgente de melhorias na infraestrutura da referida escola, concluímos que as obras propostas são factíveis e fundamentais para garantir um ambiente educacional seguro, acessível e adequado às necessidades da comunidade escolar. Os recursos necessários para a realização desta obra estão disponíveis através de fontes apropriadas.
- 12.3 Além disso, comprometemo-nos a adotar todas as medidas necessárias para mitigar os possíveis impactos ambientais decorrentes das obras, conforme descrito na "Descrição de Possíveis Impactos Ambientais", e a garantir a conformidade com todas as normas e regulamentos aplicáveis.
- 12.4 Ratificamos nosso compromisso com a realização das obras de reforma e adequação do prédio da Escola Municipal Laércio Mendes de Sairre, visando o bem-estar e o desenvolvimento integral dos alunos, a valorização do ambiente escolar e o cumprimento da missão educacional da entidade CONTRATANTE.

13. **DATA E ASSINATURAS**

Coromandel, 07 de maio de 2024.

Igor de Moura Lemes Pereira
Engenheiro Civil – CREA/MG 212.932/D

Luís Carlos Rodrigues Pereira
Gestor Municipal de Educação, Cultura e Turismo